PROTAGONISMO NA DEFESA DE DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UM ESTUDO NO PROCESSO CONFERENCIAL DE FLORIANÓPOLIS

Elisandra dos Santos, Maria Julia Pereira Splinder Guedes, Maria Carolina Martinez Andion

INTRODUÇÃO

Este resumo sintetiza estudo desenvolvido junto ao Observatório de Inovação Social de Florianópolis e ao "Projeto Tecendo Redes e Direitos junto com as Crianças e Adolescentes", em parceria com a Associação dos Municípios da Grande Florianópolis (GRANFPOLIS), que visa apoiar as Conferências Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente na mesorregião, sob o tema "Fortalecendo o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) e a Democracia Participativa", exigindo pela primeira vez 50% de participação infantojuvenil. A iniciação científica ocorreu articulada com a extensão, envolvendo suporte na organização e participação na 1ª Conferência Livre de Florianópolis, com 100 crianças e adolescentes, correalizada com o Instituto Vilson Groh no CEDEP em Monte Cristo em 01 de junho de 2026, além do acompanhamento do Ciclo de Pré-Conferências municipais do CMDCA de Florianópolis, com participação em 3 encontros distritais reunindo mais de 400 crianças e adolescentes de escolas públicas.

Embora respaldado pela Constituição e pelo ECA, o SGDCA ainda encontra barreiras para efetivar direitos sobretudo em territórios vulneráveis (ANDION; GONSALVES; MAGALHÃES, 2023), o que ocorre também em Florianópolis, onde, apesar do alto IDHM, as desigualdades aumentam e cerca de 35% das crianças e adolescentes vivem em vulnerabilidade (CECAD, 2023). A participação infantojuvenil, por sua vez, frequentemente se reduz a mera formalidade, tanto no processo conferencial quanto na governança da política. Diante disso, questiona-se em que medida um dispositivo participativo formatado pelo poder público institui crianças e adolescentes como públicos políticos, e não apenas destinatários de escuta tutelada. O objetivo deste trabalho é examinar o protagonismo infantojuvenil na 13ª CMDCA, a partir do cruzamento entre extensão universitária, articulação com atores da sociedade civil e gestores do SGDCA no Ciclo de Pré-Conferências e na Conferência Livre de Florianópolis, dialogando com a Agenda 2030 da ONU - articulando o ODS 16 (Meta 16.7 - tomada de decisão inclusiva), o ODS 4 (Meta 4.7 - educação cidadã) e o ODS 10 (Meta 10.2 - redução da exclusão geracional).

DESENVOLVIMENTO

De natureza qualitativa e descritivo-analítica, a pesquisa parte de uma leitura pragmatista de política pública proposta por Andion & Magalhães (2021) que a focaliza a ação pública enquanto processo dinâmico e não linear, no qual os problemas, públicos, experiências vividas e suas consequências importam (DEWEY, 1927). Assim, a pesquisa envolveu o processo conferencial enquanto acontecia, e não apenas seus resultados finais. Adotou-se como método a pesquisa-ação (THIOLLENT, 2011) em um movimento constante entre a ação e a investigação. Ao integrar-se às oficinas e registrar impressões em diário de campo, a pesquisadora acompanhou reuniões na GRANFPOLIS, a Conferência Livre e três pré-conferências municipais (Ingleses, Centro e Sul da Ilha).

Destaca-se que na 13ª CNDCA a Educomunicação foi utilizada como estratégia transversal que viabilizou a tradução do processo conferencial à linguagem infantojuvenil, por meio de rodas temáticas nas Pré-Conferências. Já na Conferência Livre ocorreu a criação colaborativa de uma versão do jogo pedagógico "Bora Lá!" para Crianças e Adolescentes", adaptado ao ECA, envolvendo também cobertura jornalística realizada por crianças e

adolescentes em parceria com o Jornalismo de Apoio Comunitário (JAC), da UFSC. Os dados registrados foram analisados e categorizados por eixo-temático. Diante do vasto volume de registros, sistematizou-se uma amostra representativa das falas em quadro-síntese, preservando a identidade dos participantes (Quadro 1).

RESULTADOS

Em todas as etapas assistidas, variando o território, crianças e adolescentes reivindicam, de forma recorrente, mais voz e escuta, bem como mais cuidado. Nos Ingleses, o foco estava em participar das decisões escolares. No Sul da Ilha, demandaram estrutura física e respeito mútuo. Na Conferência Livre, somaram-se demandas de infraestrutura básica (falta d'água, ausência de quadra, obras) aos pedidos por "mais voz" e "mais projetos no CEDEP". No Centro, o tom foi mais crítico: além de demandas estruturais, denuncia-se a captura da representação estudantil por adultos, além de apresentar uma visão mais politizada dos ciclos eleitorais e seus efeitos, com a falta de investimento, sobretudo na escola.

Na Conferência Livre, o protagonismo trouxe à tona vulnerabilidades agudas: violência na primeira infância, apagamento de identidade de gênero, racismo e segregação socioespacial (*"por que pobre não mora na Beira Mar?"*), violência policial, sobrecarga de trabalho, falhas no acolhimento institucional e na abordagem frente às violações e pedidos de acesso a serviços psicossociais e de promoção paz (*"quero que os policiais parem de matar"*). No Sul da Ilha, o alerta de uma jovem de 16 anos expõe a negligência e a falta de escuta: *"Os alunos não são acolhidos, os casos são sempre abafados [...]"*. Mesmo em meio ao sofrimento, o ato de ocupar o espaço, nomear a realidade e endereçá-la ao poder público constitui protagonismo por denunciar, discutir e posicionar o tema a partir de suas vivências, lugares e olhares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Respondendo à pergunta orientadora, o envolvimento das crianças e adolescentes permitiu que estes se reconhecessem como afetados por problemas comuns e comunicassem estes publicamente. Seja nas propostas dos Ingleses e do Centro ou nas denúncias da Conferência Livre, os jovens emergem como sujeitos que interpretam sua realidade, buscando transformá-la. Porém, os achados confirmam o descompasso apontado por Gonsalves e Andion (2019) entre as urgências de gestão adulta e as demandas por voz, escuta e direitos da infância e da adolescência. Percebe-se um descompasso entre ser ouvido e decidir. A escuta institucional parece avançar mais do que a partilha de poder decisório. Portanto, defende-se um caminho inverso na formulação de políticas: as falas infantojuvenis deveriam ser o ponto de partida, e não o ponto de chegada. Para evitar que a participação social seja apenas diagnóstica, propõem-se duas estratégias (1) Protocolos de devolutiva obrigatórios: Garantir retorno formal e transparente às demandas sendo a Conferência Municipal de Florianópolis (novembro/2026) o momento estratégico para sistematizar o diagnóstico e encaminhar pautas à etapa estadual (2027). (2) Assentos deliberativos permanentes: Criar Comitês de Acompanhamento Infantojuvenil nos conselhos de governança, transformando a escuta em monitoramento constante da política pública.

Palavras-chave: Direitos da criança e adolescentes; Protagonismo infanto-juvenil; Conferências Municipais; Pesquisa-ação.

ANEXOS

Quadro 1 – *Principais recortes temáticos e falas de crianças e adolescentes nas Pré-Conferências*

Eixo	Relato	Idade	Local
1 Controle social e participação	*"Na minha escola falta água" / "A gente pede pra melhorar a comida"/ "O lanche é só 15 minutinhos, mal dá tempo"/ "Minha escola não tem quadra"/ "A escola tá sempre em obras"/ "Observe mais as crianças e adolescente"/ "Pedimos, por favor." / "Mais voz"/ "Mais projetos para as crianças"/ "Respeito e nos ouvir mais."/ "Nos respeitar não é um favor e sim um dever".*	de 8 a 15 anos	Conf. Livre
	"Nós temos vontade de propor soluções e de nos aproximar da escola, além de participar das decisões e dar suas sugestões nos comitês da escola."	Garoto,14-15 anos	Norte ilha
	"Eu era do grêmio, deixei de participar, saí. Cansei porque a gente dava umas ideias legais e o diretor nunca aceitava. Quando aceitava [...]não dizia que a ideia era nossa. aí não dá."	Garota, ~15 anos	IEE
	"Tem uma colega nossa, que ela comentou que nunca teve uma reforma aqui na escola [...] Aí eu falei pra ela: 'qual o ano que a gente tá?', ou seja, é ano de eleição,[...] O ano todo, os quatro anos, ou os três primeiros anos, eles não fazem, querendo ou não, nada e no último ano que vai realmente se reeleger, eles começam a sair os projetos. Povo, saiam pras ruas, reclamem, busquem, vão atrás"	Garoto ~12 anos	IEE
	"A gente também falou sobre como ser mais protegidos na escola [...]a gente pensou na própria estrutura da escola, as salas, o banheiro, a educação, tendo os professores com mais vontade de dar aula e vir pra escola, e o respeito- respeitar os próprios colegas de sala e os funcionários."	Garoto, ~15 anos	Sul Ilha
2 Conselhos Tutelares	*"O Conselho Tutelar foi feito para ser um suporte para nós, crianças que sofremos maus-tratos ou algo do tipo. [...] porque talvez esse pai ou mãe não tenha dado o carinho que ele precisa."*	Garoto, 10-12 anos	IEE
	"Lugar de criança não é trabalhando, criança é brincar e estudar. Nenhuma criança merece apanhar, de ser xingada. [...] Tem pai que diz pro filho "eu nem queria ter filho".	Garoto, ~12 anos	IEE
3 Convivência familiar e comunitária	*"Por que a maioria das crianças pequenas é que são adotadas? Por que não fazem alguma coisa para que as crianças maiores sejam adotadas?"* *"Quando uma criança é separada da família, ela tem que voltar a ter contato com a família? Mesmo que ela tenha sofrido algum abuso ou mau trato?"*	Garota, ~17 anos, em acolhimento institucional	Conf. Livre
	"Por que pobre não mora na Beira Mar?"	Garota, ~13 anos	Conf. Livre
4 Enfrentamento das violências	*"Quando eu era pequena, tinha uma professora que gritava com a gente, falava coisa feia quando a gente reclamava de alguma coisa. Ainda dizia pra gente 'cara feia pra mim é fome'"* *"Teve uma época que eu ficava muito nervosa, era muita pressão pra tirar nota boa. Eu não conseguia decorar a tabuada de jeito nenhum, tinha trabalho pra tudo quanto é lado, e a professora ainda me cobrava com grosseria e mandava bilhete pra minha mãe".*	Garota, 10 anos	Conf. Livre
	"Eu tava brincando de boneca com uma amiga, aí um adulto chegou e tirou a boneca da minha mão. Falou que aquilo não era brincadeira de menino, que eu tinha que jogar bola, brincar de carrinho[..]	Garoto, 10 anos	Conf. Livre
	"Quando a viatura entra na rua, a gente tem que sair correndo na hora, senão eles passam por cima. Medo. Aqui é favela, né? Eles tratam a gente diferente."	Garota, 13–14 anos	Conf. Livre
	"Isso é uma coisa que vem acontecendo muito nas escolas. Os alunos não são acolhidos, os casos são sempre abafados, fica por isso mesmo. 'É normal, você não entendeu direito, é assim que funciona, eles já são de idade' [fala do professor]. Não é assim, gente. A gente tem o direito de ser escutado, a gente precisa ser acolhido em ambiente escolar. Vocês têm que proporcionar um lugar bom pra gente [...]	Garota, ~16 anos	Sul da Ilha
	"Quero que os policiais parem de matar..."	8-12 anos	Conf. Livre

5 Prevenção e erradicação do trabalho infantil	*"Meu horário de aula é da 1h às 10h da noite. Chego em casa de noite, só dá tempo de jantar e dormir. Fica impossível arrumar emprego assim. E em casa ninguém entende meu cansaço. Acham que é preguiça, 'frescura'. Só que estudar o dia inteiro também cansa. Quando tento explicar, ninguém liga, e isso me dá uma raiva por dentro"*	Adolescente, ~15 anos	Conf. Livre
	"Trabalho na empresa de transporte. Sobre trabalho na adolescência, tem coisas que eu faço que eu acho que não era pra eu fazer agora, como carregar peso excessivo e equipamentos de segurança."	Garoto, ~17 anos	1ª Conf
	"Comecei a trabalhar com 14 pra 15 anos. Nessa idade é bom que é pouca carga horária, trabalho menos forçado. [...] O ruim de trabalhar mais tempo é ter pouco tempo pra estudar."	Garoto, ~17 anos	2ª Conf
6 Medidas socieducativas	*"Adolescente em medida socioeducativa precisa de educação, cursos profissionalizantes, vagas escolares, saúde, atendimento médico, exames, educação sexual e acompanhamento psicológico. [...]ler, ter hobbies, convivência e apoio familiar, além do acompanhamento pela rede."*	Garoto ~16 anos	1ª Conf
	"Tratamento igual em relação aos demais, o fato de alguém ter cometido uma infração não o faz diferente de ninguém."	Garoto ~15 anos	2ª Conf

Fonte: Elaborado pela autora a partir de diário de campo e transcrições das Pré-Conferências e da Conferência Livre (2026).
Nota: Pré-conferências: Norte Ilha/Ingleses (E.B.M. Profa Herondina Medeiros Zeferino (Ingleses/Norte da Ilha); Centro (IEE); Continente (sede Granfpolis) e Sul da Ilha/ Rio Tavares (E.E.M. Ver. Oscar Manoel da Conceição).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDION, C; GONSALVES, A. K R.; MAGALHÃES, T. G. 30 anos de direitos da criança e do adolescente: uma análise da trajetória da política pública no Brasil. **Opinião Pública**, v. 29, n. 1, p. 226-269, 2023.

ANDION, C.; MAGALHÃES, T. (Re) aproximando os pragmatismos da análise das políticas públicas. Experimentação e investigação pública em um cenário de crise democrática. **Sociedade e Estado**, v. 36, n. 02, p. 513-543, 2021.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Arts. 4º, 5º, 16, 19, 59 e 100.

CEFAÏ, Daniel. Públicos, problemas públicos, arenas públicas... O que nos ensina o pragmatismo (Parte 1). Tradução de Rosa Freire d'Aguiar. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 36, n. 1, p. 187-213, mar. 2017.

GONSALVES, A.K.R.; ANDION, M.C.M.. Ação pública e inovação social: uma análise do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente de Florianópolis-SC. **Organizações & Sociedade**, v. 26, p. 221-248, 2019.

DEWEY, John. O público e seus problemas. Tradução de Carlos Kennedy. Edição e preparação de texto de Francisco Costa. Russas-Ceará: Fi.E Editorial, 2026. E-book Kindle.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-Ação** 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.IPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e pesquisa**, v. 31, n. 3, p. 443-466, 2005.